PLANO DE CONTINGÊNCIA

Revisão 01 - Adequação à REN ANEEL nº 1.137/2025

Controle e aprovação

Versão	Data	Descrição	Elaboração	Aprovação
01	2026	Adequação à REN ANEEL nº 1.137/2025 e atualização operacional.	Responsável técnico	Diretoria

Nota: a versão interna deve conter a identificação e assinatura do(s) responsável(is) técnico(s). Para publicação externa do Plano de Contingência, deve ser disponibilizada versão sem identificação e contatos dos responsáveis.

1. Objetivo

Estabelecer estratégias, responsabilidades, critérios de acionamento, recursos e procedimentos para preparação, resposta, recomposição e encerramento de situações de contingência e crise que afetem o sistema de distribuição da CERBRANORTE, priorizando a segurança, a continuidade do serviço e a comunicação coordenada.

2. Abrangência e referências

Aplica-se às instalações e atividades de distribuição de energia elétrica da CERBRANORTE e às equipes próprias, contratadas e de apoio mobilizadas em contingências.

- Resolução Normativa ANEEL nº 956/2021 - PRODIST, especialmente Módulo 4, Seção 4.11, com redação dada pela REN nº 1.137/2025.
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.137/2025 - resiliência das redes a eventos climáticos severos.
- Plano de Comunicação da CERBRANORTE e Plano de Manejo Vegetal da CERBRANORTE.
- Procedimentos de segurança, operação, manutenção, despacho e emergência vigentes na CERBRANORTE.

3. Princípios

- Segurança de trabalhadores e população.
- Eficiência e rapidez na recomposição.
- Responsabilidade regulatória e ambiental.
- Transparência e rastreabilidade das decisões.
- Prevenção e preparação.
- Adaptabilidade às condições operativas e meteorológicas.
- Verificabilidade da execução e preservação das evidências.

4. Governança da contingência

A estrutura de comando será ativada conforme o nível de contingência. A versão interna controlada deve manter relação nominal e contatos atualizados dos responsáveis. O COD centraliza o despacho operacional e o registro das ocorrências.

Função	Responsabilidade principal
Coordenador da contingência	Classificar o nível, autorizar escalonamento/desmobilização e integrar áreas.
COD	Despachar ocorrências, registrar status, priorizar recomposição e consolidar dados operacionais.
Departamento Técnico	Avaliar danos, definir estratégia elétrica, recursos e prioridades técnicas.
SESMT	Integração e fiscalização de segurança das equipes próprias, terceiras e cedidas.
Almoxarifado/Logística	Disponibilizar materiais, veículos, equipamentos, alimentação e hospedagem.
Comercial/Atendimento	Executar comunicação aos consumidores e manter cadastros/canais.
Comunicação institucional	Atualizar site, redes sociais, mídia e mensagens institucionais.
Relações institucionais	Comunicação com Poder Público e coordenação de apoios.

5. Identificação e análise de riscos

A avaliação deve ser atualizada ao menos anualmente e sempre que houver mudança relevante. O registro deve considerar localização, natureza, frequência histórica, vulnerabilidade e impacto potencial.

Risco	Áreas/ativos expostos	Sinais/indicadores	Impactos potenciais	Medidas preventivas
Vendaval/microexplosão/tornado	Redes aéreas, postes, travessias e arborização	Alertas meteorológicos, rajadas previstas, histórico local	Queda de árvores/postes, múltiplas faltas, acessos bloqueados	Manejo vegetal, reforço de estoque, prontidão de equipes, inspeções.
Chuva intensa/alagamento	Áreas baixas, acessos, equipamentos próximos a cursos d'água	Alertas de chuva, níveis de rios, Defesa Civil	Impossibilidade de acesso, risco à população, danos a equipamentos	Rotas alternativas, isolamento de áreas, logística preventiva.
Descargas atmosféricas	Toda área, especialmente trechos expostos	Alertas de tempestade e incidência de raios	Atuação de proteção, danos a equipamentos	Manutenção de para-raios, aterramento e sobressalentes.
Vegetação	Trechos arborizados urbanos e rurais	Inspeções, ciclos de poda, registros de risco	Contato/queda sobre rede, interrupções prolongadas	Plano de Manejo Vegetal, inspeção por risco, articulação municipal.
Deslizamento/erosão	Encostas, margens de vias e rios	Chuva acumulada, inspeções, alertas geológicos	Queda de estruturas e inacessibilidade	Inspeção dirigida, materiais e máquinas de apoio.
Incêndio/queimada	Faixas de servidão e áreas rurais	Seca, focos de calor, avisos locais	Danos a postes/cabos, risco operacional	Aceiros quando aplicáveis, coordenação com bombeiros e proprietários.
Falha de telecom/TI	COD, despacho e canais digitais	Indisponibilidade de sistemas	Perda de despacho e comunicação	Canais redundantes: celular, rádio, contatos alternativos e registros manuais.

6. Níveis de contingência e critérios objetivos

A classificação deve considerar simultaneamente impacto, tendência de agravamento e comprometimento de recursos. A ocorrência de qualquer gatilho relevante pode justificar elevação de nível pelo Coordenador, com registro da decisão.

Nível	Caracterização / gatilhos de referência	Resposta mínima
N0 - Normal	Operação dentro da rotina; sem alerta relevante.	Rotina de operação, manutenção, inspeção e monitoramento.

N1 - Atenção	Alerta meteorológico com potencial de impacto na área de atuação OU aumento anormal de ocorrências sem perda relevante da capacidade operacional.	Monitoramento intensificado; confirmação de equipes, materiais, comunicação e logística; pré-alerta interno.
N2 - Contingência	Múltiplas ocorrências simultâneas, danos distribuídos ou necessidade de mobilização extraordinária de equipes próprias/contratadas, sem atingir limite operacional crítico.	Ativar comando; ampliar equipes; priorizar cargas essenciais e usuários de equipamentos de autonomia limitada; iniciar comunicações previstas.
N3 - Contingência severa	Impacto amplo, tendência de duração prolongada, bloqueios relevantes de acesso ou utilização predominante dos recursos disponíveis, com necessidade provável de apoio externo.	Comando ampliado; logística extraordinária; comunicação intensiva; preparar pedido/recebimento de apoio externo.
N4 - Crise / severidade máxima	Capacidade operacional no limite crítico e recursos disponíveis insuficientes para resposta tempestiva; condição objetiva para eventual cessão emergencial, sem comprometer a segurança da cedente.	Declarar crise; documentar limite crítico; solicitar cessão emergencial quando necessária; governança executiva; atualizações contínuas até estabilização.

Os critérios quantitativos complementares (percentual de unidades interrompidas, número de alimentadores, equipes mobilizadas e CHI) devem ser parametrizados pelo Departamento Técnico a partir do histórico operacional e revistos anualmente. A decisão e os indicadores usados na classificação devem ficar registrados.

7. Plano de ação por fase

7.1 Preparação - D-1 / pré-evento

- Obter e arquivar boletins meteorológicos atualizados.
- Avaliar riscos por região/conjunto e definir N0/N1 ou nível superior se já houver impacto.
- Confirmar disponibilidade de equipes próprias e terceirizadas, veículos, equipamentos e materiais.
- Verificar estoques críticos, combustível, geradores, comunicação, alimentação e hospedagem.
- Pré-alertar áreas internas e, quando aplicável, Poder Público.
- Identificar previamente consumidores de serviço essencial e usuários cadastrados de equipamentos de autonomia limitada.
- Preparar escalas e rotas alternativas de acesso.

7.2 Resposta - Dia D

- Classificar e registrar o nível de contingência e suas alterações.
- Priorizar segurança, eliminação de riscos, recomposição de troncos/alimentadores e atendimento de situações críticas.
- Despachar e acompanhar equipes pelo COD.
- Atualizar previsão de restabelecimento conforme melhor informação disponível.
- Acionar Plano de Comunicação.
- Mobilizar manejo vegetal e máquinas quando necessário.
- No N4, documentar o atingimento do limite operacional crítico antes de cessão emergencial, salvo impossibilidade material devidamente registrada.

7.3 Recuperação e D+1

- Confirmar normalização e desmobilizar recursos de forma controlada.
- Priorizar desmobilização de equipes externas quando sua permanência deixar de ser necessária.
- Recolher materiais substituídos e resíduos.
- Consolidar croquis, materiais, horas, custos e evidências.
- Realizar reunião pós-evento e registrar lições aprendidas, falhas e ações corretivas.

- Reavaliar matriz de riscos e necessidade de revisão do plano.

8. Infraestrutura de apoio e inventário

O inventário deve ser mantido atualizado com quantidade, especificação, localização e condição de uso. A tabela abaixo incorpora a estrutura do plano anterior e deve ser conferida antes da aprovação final.

Local	Postes - estoque mínimo	Transformadores mono	Transformadores tri	Observações
Unidade Braço do Norte	98	9	22	Confirmar quantitativos e especificações.
Unidade Rio Fortuna	37	5	12	Confirmar quantitativos e especificações.

Recurso de equipe	Próprias	Terceirizadas	Observação
Equipe pesada - construção de redes	3	1	Redes desenergizadas.
Equipe leve - emergência	4	-	Intervenções em rede aérea.
Linha Viva	1	1	Rede energizada.
Equipes de contingência	4	-	Apoio interno.
Equipes com cesto aéreo	7	-	Confirmar disponibilidade.
Manejo vegetal	-	1	Integrar ao Plano de Manejo Vegetal.

9. Consumidores e instalações prioritárias

Manter cadastro atualizado de usuários de equipamentos de autonomia limitada (sobrevida), serviços essenciais e demais instalações críticas. Em contingência, o cadastro deve subsidiar comunicação dirigida, priorização operacional tecnicamente possível e medidas de mitigação.

10. Cessão emergencial de recursos

A cessão emergencial somente será utilizada em situação de crise no nível máximo e quando a CERBRANORTE atingir limite operacional crítico em relação aos recursos disponíveis. Devem ser preservados registros de solicitação, recursos mobilizados, profissionais, horários, materiais, equipamentos, custos e justificativa técnica, com segregação por cedente e neutralidade econômica.

11. Segurança, logística e fiscalização

Equipes de apoio devem receber integração de segurança pelo SESMT, cumprir procedimentos da CERBRANORTE e apresentar EPI, EPC e ferramental adequados. A CERBRANORTE coordenará hospedagem, alimentação, combustível, materiais, medição dos serviços e fiscalização.

12. Treinamentos, simulados e melhoria contínua

Será realizado treinamento atualizado ou simulado com periodicidade máxima de um ano, admitida a contagem a partir da última aplicação efetiva do Plano quando cabível. Os exercícios devem gerar registro de participantes, cenário, resultados, falhas, ações de melhoria e, quando pertinente, participação de órgãos públicos.

13. Revisão, controle e publicação

O Plano será revisto sempre que necessário e, no máximo, anualmente. A versão interna deve conter versão, data de aprovação, identificação e assinatura do(s) responsável(is) técnico(s). A versão pública deve ser disponibilizada no sítio eletrônico e postos de atendimento, sem identificação e contatos dos responsáveis, em linguagem acessível.

14. Registros mínimos

- Boletins e alertas meteorológicos.
- Registro de ativação, alteração e encerramento do nível de contingência.
- Recursos disponíveis e mobilizados.
- Ocorrências, UCs afetadas, CHI, equipes e estágios operacionais.
- Comunicações emitidas a consumidores, Poder Público e mídia.
- Solicitações e documentos de cessão emergencial.
- Registros de segurança, materiais e custos.
- Relatório pós-evento e plano de ações de melhoria.